



A identidade religiosa como direito de escolha

DERIVALDO DAS VIRGENS SANTOS[1]

Autor

ADEÍTALO MANOEL PINHO[2]

Coautor

[1] Professor de Língua Portuguesa, pela Prefeitura de Araci. Licenciado em Pedagogia: Coordenação e administração de projetos pedagógicos, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-graduado, Lato Sensu, em Língua Portuguesa, pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). Membro do Grupo de Estudos Literários Contemporâneos: Da Literatura de jornal ao sistema literário, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (GELC, UEFS). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, através da Universidade Estadual de Feira de Santana (Ppge/UEFS). E-mail: virgens.derivaldo@bol.com.br

[2] Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008), Mestre pela Universidade Federal da Bahia (1999) e Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1994). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana. Coordenador Executivo do Centro de Pesquisa em Literatura e Diversidade Cultural e coordena também o GELC, Grupo de Estudos Literários Contemporâneos da UEFS. Autor do livro *Perfeitas Memórias: literatura, experiência e invenção* (7 Letras, 2011). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Crítica Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira do século XIX, crítica literária, estudos de periódicos com destaque para a Literatura de Jornal, história da literatura e crítica brasileira e da Bahia.



RESUMO:

Este estudo pretende discutir a importância da oralidade para a construção da identidade na perspectiva de uma religião de matriz africana. A liberdade religiosa, liberdade de culto não é assunto novo. O que faz disso uma novidade é o fato de haver novos casos de intolerância religiosa no cotidiano do povo brasileiro. Logo, a partir de uma discussão dentro de um espaço denominado, Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças (CENSG) a qual envolveu estudantes do 3º Ano, Ensino Médio, noturno, e nos círculos dos estudantes dessa mesma unidade de ensino cuja localização está na cidade de Araci – Estado da Bahia, surgiu a necessidade de escrever sobre a identidade religiosa. Utilizou-se o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha (2000) a fim de definir as palavras *religião*, *liberdade*, *escolha*, bem como autores que pesquisam a religião, a identidade em suas diversas manifestações. (BÂ, 1973), discorre sobre a importância da oralidade, (CURY, 2004), defende o ensino religioso significativo, (GIDDENS, 1991) argumenta sobre os símbolos do passado e sua valorização, (SILVA, 2004) mídia e religião, (CUNHA JUNIOR, 2009) reporta acerca do conhecimento dos africanos sobre plantas e seus efeitos, (HALL, 2005) enfatiza sobre as identidades e suas transformações na sociedade, (REIS, 1996) argumenta sobre a irmandade no período da libertação da Bahia. Logo, espera-se que outros possam também escrever sobre essa temática ou ainda um tema afim na ideia de existir mais discussões sobre a religião de matriz africana: o candomblé.

Palavras-chave: religião, liberdade, escolha, respeito.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir la importancia de la oralidad a la construcción de la identidad desde la perspectiva de una religión de origen africano. La libertad de religión, la libertad de culto no es un tema nuevo. Lo que lo hace una novedad es el hecho de que hay nuevos casos de intolerancia religiosa en el pueblo brasileño de todos los días. Por lo tanto, a partir de una discusión dentro de un espacio llamado, State College Nuestra Señora de Gracia (CENSG) que involucró a estudiantes del 3er año, la escuela secundaria, la noche, y en los círculos de estudiantes del mismo centro educativo cuya ubicación está en la ciudad por Araci - Bahia, surgió la necesidad de escribir sobre la identidad religiosa. Utilizamos el Diccionario Etimológico de la Lengua Portuguesa, Antonio Geraldo da Cunha (2000) para definir la religión palabras religión, libertad, elección, y los autores la investigación, la identidad en sus diversas manifestaciones. (BA, 1973), habla de la importancia de la vía oral (Cury, 2004), defiende la significativa educación religiosa (Giddens, 1991) argumenta en los símbolos del pasado y su valoración, medios de comunicación y la religión (SILVA, 2004), (CUNHA JUNIOR, 2009) informa sobre el conocimiento de los africanos y sus efectos sobre las plantas, Hall (2005) hace hincapié en las identidades y sus transformaciones en la sociedad, (Reis, 1996) argumenta acerca de la fraternidad en periodo de liberación Bahía. Pronto, se espera que los demás también pueden escribir sobre este tema o un orden temático en la idea de que hay más discusiones sobre religión con raíces africanas: Candomblé.

Palabras clave: religión, libertad, elección, respeto.



A identidade religiosa como direito de escolha

Art. 1º. Significado da tolerância.

1.1. A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz (...)

(Declaração Mundial de Princípios sobre a Tolerância)

Este estudo pretende discutir a importância da oralidade para a construção da identidade na perspectiva de uma religião de matriz africana, tomando por bases iniciais as leituras de quatorze textos, sete artigos, quatro livros, três periódicos e sete resenhas sobre expressão cultural e identidades. A partir de uma discussão dentro de um espaço denominado, Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças (CENSG) a qual envolveu estudantes do 3º Ano, Ensino Médio, noturno, e nos círculos dos estudantes dessa mesma unidade de ensino cuja localização está na cidade de Araci – Estado da Bahia, surgiu à necessidade de escrever sobre a identidade religiosa, pois a identidade na perspectiva social é uma temática da qual requer atenção.

Segundo o filólogo, Antônio Geraldo da Cunha, a palavra “religião s.f. ‘crença na existência de alguma força ou forças sobrenaturais, considerada(s) como criadora(s) do Universo, e que como tal deve(m) ser adorada(s) e obedecida(s)’ | -gion XII, -giom XIV, gi õ XIV, -jon XIV etc. | Do lat. religiō – ōnis (...) (CUNHA, 2000: 673). Já a palavra livre, quer dizer “[...] que pode dispor de sua pessoa, que não está sujeito a algum senhor; não ocupado, solto, descomedido, espontâneo | XII, libre | Do lat. libĕr. [...]”.(CUNHA,2000: 478-479). Por último, mas não menos importante, vem a palavra “escolher vb. ‘dar preferência, eleger, preferir’ XIII. Do lat. excolligĕre || escol XV || escolhA XVII.” (CUNHA, 2000: 315). Logo, todos têm a liberdade de escolha, embora, nas palavras de (HALL, 2005:12) em que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. [...]”, o que leva um pesquisador a estudar as interações entre as narrativas orais na direção das religiões de matriz africana está no fato de existir relevância



entre fala e escrita. A primeira por se tratar de uma característica dos povos africanos, especialmente, a segunda por ser uma tentativa de explicar essa oralidade para as pessoas acostumadas com a leitura física, ou seja, a leitura de livros. Entretanto, essa discussão sobre a relevância da oralidade está coerente com outras formas de narrativas.

Ao partir do fato de que tanto a oralidade quanto à escrita ora se completam; ora se divergem referentes à tentativa de serem explicados os diálogos entre o participante (aqui visto como candomblecista) e o meio no qual ele se encontra na ideia de interação religiosa. Para haver nesses diálogos possíveis leituras do estudo o qual envolve a oralidade e ser mais facilmente compreendido é necessário haver tolerância de um indivíduo para outro indivíduo.

Por outro lado, a intolerância religiosa pode influenciar a protestantes, católicos, candomblecistas, e tem sido constantes por parte das pessoas inconsequente, ou seja, as pessoas que não medem as consequências de seus atos, o que cresce nos últimos anos. Como, por exemplo, “[...] No Rio de Janeiro¹, 80% das denúncias (...) estão relacionadas à intolerância contra religiões afro-brasileiras, seguidas das de religião muçulmana, cujo número de casos aumentou muito neste ano [...]”. Os casos de intolerância religiosa são recorrentes e cresce rapidamente tal qual a ignorância entre as pessoas envolvidas, pois desmerecer uma prática que não seja conhecida, que não seja assimilada, não seja entendido aos que partem para o ataque, exercem um ato de intolerância contra o *sagrado*, ou seja, o que aos olhos humanos pode ser puro, destacado do humano.

A existência de representações sociais (as representações sociais são impressões que são visíveis nas relações de uma pessoa com outra), e pode fazer com que o modo de vestir, de falar, enfim, de ser de um cidadão desperte inconsequências nos agentes, conquanto o candomblecista conviva harmoniosamente em sua condição de escolha, isto é, a consciência de identidade individual é um elemento de formação desse cidadão.

É vasto o conhecimento oral, sobretudo o conhecimento dos líderes religiosos, (em especial o conhecimento dos líderes do candomblé). Acredita-se que as informações passadas nos terreiros (Ylê Axé, ou seja, casa de energias) são essenciais na formação da identidade do participante dessa religião. Nessa direção, há relevância neste trabalho em vista das reuniões nesses locais, pois a identidade se une ao (re) conhecimento individual, primeiramente, e depois se dirige à valorização coletiva.

¹Fonte: Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos (CEPLIR)



Um dos argumentos sobre a importância da oralidade reside nas palavras do pesquisador, historiador e escritor Amadou Hampâté Bâ, em que defende: “Para alguns pesquisadores, o problema se resume em saber se a transmissão oral, enquanto testemunho de acontecimentos passados, merece a mesma confiança concedida à transmissão escrita [...]” (BÂ, 1973: 17). As pessoas precisam ser vistas como íntegras na sua identidade, bem como ao narrar acontecimentos relacionados à história de sua vida ou a história de seus ancestrais, isto é, a responsabilidade de quem fala, narra um fato é equivalente à escrita em que seja narrado um fato. É preciso, pois tratar da questão sobre oralidade com o mesmo respeito em que é tratada a não oralidade, isto é, a escrita.

Também, é fundamental haver aproveitamos no que se diz respeito ao ensino religioso a fim de sejam feitas escolhas quanto à forma, orientações na ideia de não existir a reprodução história em que havia uma religião sobre as demais. Não se pode reproduzir um fato incoerente e que notabilizou a morte de muitos no Território Nacional. De igual maneira, é urgente ser discutida a grade curricular das escolas sobre o ensino religioso. Afinal, o filósofo e pesquisador, Carlos Roberto Jamil Cury vê “a oportunidade de opção entre o ensino religioso e outra atividade pedagógica igualmente significativa para tantos quantos que não fizeram a escolha”. Com isso, a identidade é individual; só o seu (re) conhecimento pode ser iminentemente percebido como plural. (CURY, 2004:189)

Por isso, nas palavras do sociólogo, filósofo, e escritor, Anthony Giddens: “[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações [...]” (GIDDENS, 1991: 37-38). Mas é o respeito com a pessoa diferente o qual pode tornar visíveis às sensibilidades em determinadas situações da presente época, embora na visão da pesquisadora, Eliane Moura da Silva: “(...) o espaço crescente na mídia dos assuntos envolvendo religião não tem sido acompanhado pelo conhecimento histórico e cultural sobre o tema (...)” (SILVA, 2004: 6). Nisso, percebe-se que a sociedade está para a identidade, assim como a identidade está para a sociedade num processo de interdependência, ou seja, um depende do outro.

Além de muitos atributos ligados à agricultura, às artes, à dança, à música, à culinária, os africanos tinham conhecimentos sobre plantas e suas utilidades, razão pela qual (CUNHA JUNIOR, 2009:102) defende o seguinte: “os africanos conheciam plantas venenosas, alucinógenas e entorpecentes”, e as utilizavam a fim de planejarem fugas em massa.



É possível perceber que são poucas as pessoas as quais exercem o direito de opção, principalmente diante de um momento tão tumultuoso com o qual vive a sociedade, em especial, a sociedade baiana. Todavia, no que se diz respeito à identidade como direito de escolha, é preciso trabalhá-la para não se perder o que foi há séculos conquistado: a liberdade.

É possível a construção de uma mentalidade, onde a vontade de poucos não prevaleçam, efetivamente sobre a vontade de muitos *irmãos* e *irmãs*, uma vez que as pessoas precisam ser vistas e reconhecidas como pessoas cujas potências (a qualidade de ter o poder para transformar) ultrapassem as barreiras das ignorâncias, mediante ao que é aparentemente difundido pela sociedade.

Ao se tratar da religião no espaço escolar, também, pode ser visto como associação à identidade de cada estudante, a visão de que a religião será escolhida e não imposta. As construções de identidades vão bem mais além que simples discussões, e influenciam nas relações humanas. A identidade de uma pessoa pode estar sobre definições transitórias, percepções ou análises, isso porque a identidade é, em si, singular; e só pode ser pluralizada por ações de outros indivíduos que pertençam a grupos em comum ou não, e que possam se solidarizar com outros grupos.

As vozes dentro de cada indivíduo precisam se direcionar para uma voz: a convivência pacífica e consciente dentro da coletividade. A paz interior aliado ao direito de liberdade das quais muitas pessoas procuram cultivar é uma consequência da atitude pautada nos modelos aceitos na sociedade, pois a maioria dos indivíduos pode desejar viver em harmonia com outros indivíduos e de religiões diferentes, mantendo as suas identidades de religiosos.

Por outro lado, não pode se esquecer dos adolescentes que, em suas mentes habitam a imaginação e fantasias influenciadas nas narrativas de seus pais, professores e colegas de escola. Pela sensibilidade, caráter próprio, serenidade e sinceridade, os estudantes expressam, geralmente, saberes e equilíbrio ao transmitirem personalidade quando se relacionam com outros estudantes ou com os funcionários da unidade escolar. A verdade é que os estudantes se adaptam ou constroem ao lado de outros estudantes suas identidades – embora já saiam de suas residências levando consigo essas identidades

O adolescente tem em seu imaginário o conceito de identidade; o saber maior dele está, muitas vezes, relacionado aos saberes dos pais, irmãos mais velhos, tios, tias, etc.. Daí a adolescente pode ser o reflexo do lar; da convivência familiar. A visão recebida por ele é a



definição de cada indivíduo mais velho ou mais experiente. Nesse sentido, o teórico cultural e sociólogo, Stuart McPhail Hall, diz que “[...] se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” (HALL, 2005: 13). A história de cada família tem a ver com a história da pessoa ao viver a experiência da construção da identidade com outras pessoas, quer seja em comunhão com os familiares; quer seja com a relação entre outras pessoas em uma determinada sociedade.

Verifica-se, então, que as definições de identidades podem ser construídas com o passar do tempo e, a depender dessas relações os conceitos de fé, identidade, entrosamento, preferências e irmandade possibilitarão amplas discussões sobre relações e sobre cada identidade em si nas relações interdependentes, ou seja, nas relações em que um ser humano na perspectiva do estudante precise ser tolerante quanto o outro ser humano, pois todos são, fundamentalmente iguais perante a lei dos homens também.

Nota-se que a relação com o outro possa se direcionar a dilatação de conhecimentos do ser para com o outro ser. Nesse sentido, é perfeitamente aceitável a presença de variações de comunicações. As relações identitárias incentivam o entendimento das pessoas, e pode causar transformação histórica, religiosa ou social, e as pessoas parecem, de certa forma, protagonistas neste processo. Enfatiza-se por esse motivo: a compreensão da identidade está para a pessoa assim como a pessoa está pra a sociedade. Cabe à sociedade absorver inteligentemente essas relações.

A consciência e a sensibilidade individuais podem propiciar afetividades coletivas. Os seres humanos se esforçam para entender os seus semelhantes, uma vez que, por ausência de tolerância o senso crítico pode ser afetado à medida em as interações se afunilam. Daí vem sobre eles à ignorância capaz de ofuscamentos da visão, culminando no retrocesso em desconhecer que todo ser humano carrega em si uma identidade. É atraso, uma vez que os opressores têm por cultivo a ausência de respeito, ainda, para com os seus afins.

A *irmandade* não é um termo deste século ou do século passado. Na verdade, esse termo ganhou dimensões entre os negros escravizados no Brasil, em especial, na Bahia. Hoje, os membros de religiões no Brasil, sobretudo os protestantes saúdam um a outro estudante, no caso verificado neste estudo, como “irmão” ou “irmã”, pode-se afirmar, nas palavras de um dos mais importantes historiadores da atualidade, pesquisador e autor, João José Reis, que por



ocasião do Brasil Colônia, especialmente mais adiante quando havia batalhas em prol da libertação da Bahia:

(...) A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas. (...) (REIS, 1996:4)

Dessa forma, a irmandade é para os candomblecistas muito mais que uma caracterização, ela é um elemento forte que os identifica como pertencente a um grupo com alianças bem definidas e de que, sem dúvidas, ao serem muitos, eles são um – embora visivelmente espalhados pela Bahia, em especial – estão reunidos. E, ainda mesmo mortos estão presentes na perspectiva das energias de cada *irmão* ou *irmã*.

Nota-se então, que o conceito de irmandade, para os participantes do candomblé pode transcender ao conceito convencional de identidades – e esse estudo não deseja estender essa discussão por não ser um momento pertinente, se bem que a identidade, nesse sentido diz respeito às ações individuais dentro de uma coletividade.

Entretanto, não se pode concordar, em pleno século XXI, com a aceitação de pensamentos e ações desumanas as quais têm o intuito de atingir as religiões de matriz africana, que cultuam as entidades de modo a preservar prioritariamente a noção de família, os elementos da natureza. O ódio, de certo, precisa ser contido pacificamente a fim de que todos possam usufruir de uma cultura de paz. Dessa forma, a socióloga e pesquisadora, Maria Teresa Citeli, argumenta:

Se as sensibilidades de nossa época trazem um certo desconforto diante dos pressupostos sexistas e racistas presentes na obra de cientistas de dois séculos atrás, não podemos nos deixar levar pela ideia de que, nos anos recentes, o avanço inevitável da ciência tenha banido de seus conteúdos os pressupostos que levam à exagerada e seletiva atenção dedicada a identificar diferenças sexuais, que são projetadas como naturais e servem de base a metáforas poderosas. (CITELI, 2001:136)



Um modelo social do passado pode não ser um modelo ideal para o presente, tampouco para o futuro. Cada geração tenta impor os seus modelos sociais a fim de atender as necessidades da maioria da população: moda, culinária, inspiração, tecnologia, cultura, música, artes, tudo quanto for preciso para possibilitar relativo prazer às pessoas em um dado momento histórico.

Por exemplo, um Projeto Pedagógico de dez anos atrás, caso fosse aplicado no momento presente (sem as devidas alterações necessárias) causaria disparidades, ou seja, incoerências identitárias sócio-escolares, até porque a geração atual é totalmente diferente da geração anterior. O mesmo ocorre se, no presente, for utilizado um determinado Projeto Pedagógico de uma escola próxima – porque os interesses dos estudantes se divergem; cada estudante possui identidade e sentimento identitários únicos; e esse fato precisa ser levado em consideração ao construir projetos em quaisquer áreas do conhecimento humano. O respeito ao outro é igual ao respeito do e pelo ser humano na ideia de interação religiosa.

É preciso, pois, cuidado na direção das interações humanas e religiosas, de conviver ao lado dos semelhantes; é preciso também propor relações de afeto mútuo inerente aos seres humanos; a prática de uma vida consciente e de valorização do próximo também carece de análises, uma vez que todos os envolvidos em uma relação social são importantes. Nesse processo, ninguém, senão a própria sociedade, pode ser vista como mero coadjuvante nas inter-relações, mas como protagonistas desse processo.

Também, nessa análise, nota-se que as relações humanas estão, perceptivelmente, sujeitas às transformações porque estão sob o território da sociedade; e a sociedade provoca ou a sofre mudanças; quer seja por imposição; quer seja por adaptação ou ainda tendência cultural. De fato, os seres humanos mudam e contribuem para existências de sentimentos onde o querer, aliado às circunstâncias pressupunham interdependências.

Nota-se a urgência de que a sociedade precisa de um novo olhar sobre a percepção de identidade – a partir de dentro do espaço escolar, primeiramente. Depois, além desse espaço, partir para outros lugares a fim de tornar mais estreitas as amizades entre os membros das outras religiões, senão o candomblé. Abandonar-se (após esse episódio) olhares sisudos, equivocados os quais só semeiam ódio, preconceitos e não aceitação de todo modo!

Pode-se perceber que cada pessoa, independente de sua classe social, religião, escolhas sofrer influências em suas identidades, quando se relacionam com um colega, eles são



colegas, quando se relacionam com o professor, eles são estudantes, quando estão em casa, eles são filhos ou filhas (às vezes marido ou mulher), tio, tia, sobrinho, neto, etc.. Esse pequeno recorte da realidade da vida cotidiana permite perceber, entre outras questões não mencionadas que “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2005:12). Diante disso, é impossível dissociar as interações humanas das identidades assumidas por eles tal qual é impossível separar uma ação de uma reação na ideia de dependência mútua.

Por isso mesmo, as amarras da ignorância as quais envolvem as famílias e a sociedade podem perfeitamente ser combatidas com a eficiência do diálogo e da compreensão, a fim de acabar com conceitos obsoletos cuja importância está sujeita à servidão e à paralisação das mentes; é essencial, pois, ir rumo ao (re) conhecimento dos saberes e das experiências humanas para serem evitadas as inconseqüências religiosas.

O saber expressa intenção de reconhecer que o outro é semelhante, e por ser semelhante tem direitos iguais. Por isso, não há espaços na escola de hoje para serem tratadas as questões de ensino da tolerância. Acredita-se que há séculos já houve essa oportunidade. É fundamental, agora, haver cobranças a fim de que a população brasileira não caia em retrocesso histórico, isto é, reprisar um fato com a ideia de discuti-lo para depois ter que realizar tudo novamente não é avanço. É perda de tempo.

Os adultos são os que menos precisam de reprise. Entretanto, a presença adulta é necessária quando se trata desse ter a incumbência em orientar o filho, no caso o estudante em casa, com o sentido de não haver problemas na escola ou ainda na relação que esse filho terá com outro colega. Porém, ao tê-la seria fundamental que houvesse harmonia, respeito, amizade e apreço com o colega, que ele se relacionar.

Não há complexidade numa relação em que um seja cristão e o outro não o seja. Caso se permita (re) analisar as ações humanas; discuti-las e propor mudanças reflexivas no plano da interação para harmonizar possíveis tensões religiosas; e assim, mais facilmente haverá respeito entre as pessoas. O filósofo, pesquisador e autor, Humberto Eco, defende:



Educar para tolerância de adultos que atiram uns nos outros por motivos étnicos e religiosos é tempo perdido. Tarde demais. A intolerância selvagem deve ser, portanto, combatida em suas raízes, através de uma educação constante que tem início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais (ECO, 1998: 117).

Essa tarefa (possibilitar discussões em sala de aula) é inerente aos professores e às professoras, pois através deles poderá, provavelmente, redimensionar o processo de aprendizagem qualitativa; e voltada para o valor que tem as pessoas no contexto sócio-educacional. As questões as quais envolvem o currículo escolar, como o ensino religioso deveria ser discutida com mais seriedade. A identidade precisa, igualmente, estar no âmbito dessas discussões; e as relações humanas poderiam alcançar proporções aceitáveis de respeito mútuo.

Assim, constata-se a inexistência de comprometimentos social e escolar. A sociedade deixa transparecer ausência de culpa no entorno de quaisquer relações de raça, classes, preferências religiosas, etc.. Já a escola tenta transmitir a ingênua ideia de ser responsável pelo papel peculiar: o de propor ensino aos estudantes, sem atentar para as suas identidades.



REFERÊNCIAS

BÂ, A. H. **A palavra, memória viva na África**. Correio da UNESCO. Ano 1. nº1, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

CITELI, M. Teresa. **Saúde reprodutiva: mídia, ciência e humanidades**. In: OLIVEIRA, M. Coleta, e ROCHA, M. Izabel Baltar (orgs.). Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina. Campinas: Unicamp, 2001.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Candomblé: como abordar esta cultura na escola**. Revista Espaço Acadêmico, n.102, ano IX, p. 97-103, nov. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7738/4810>. Acesso em 19.08.2015.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente**. Revista Brasileira de Educação, n.27, p. 187-191, Set/Out/Nov/Dez, 2004.

DECLARAÇÃO Mundial de **Princípios sobre a Tolerância**. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/2304/3160>. Acesso em 20.10.2015.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GIDDENS, A. **A consequência da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

INTOLERÂNCIA. **Rio terá conselho para enfrentar intolerância religiosa**. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/noticias/violencia-seguranca/7509/rio-tera-conselho-para-enfrentar-intolerancia-religiosa>. Acesso em 20.10.2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, Eliane Moura da. **Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania**. Rever – Revista de Estudos da Religião, n.2, p. 1-14, 2004. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf. Acesso em 28.10.2015.